

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL REFERENTE AO
1º QUADRIMESTRE DE 2015**

1 INTRODUÇÃO

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal no 1º trimestre de 2015, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o orçamento Fiscal e da Seguridade Social no exercício de 2015. Os números aqui apresentados são originários dos relatórios bimestrais e trimestrais, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nº 103, de 29 de maio de 2015, em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os dados ora apresentados são exclusivamente do poder executivo. Incluem os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF transferidos para as áreas de saúde e educação e excluem as parcelas desses recursos destinados aos órgãos de segurança, por não transitarem pelo orçamento fiscal e de seguridade social do Distrito Federal.

2. RECEITAS

As Receitas realizadas no 1º trimestre do ano de 2015, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 8,9 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 49,83% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 29,79% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2015.

O aumento significativo das receitas deve-se ao repasse no valor de R\$ 2,3 bilhões do FCDF para as áreas de saúde e de educação. Até o exercício de 2014 esses valores não eram computados em função de não transitarem no orçamento do governo do Distrito Federal – GDF. Desconsiderando-se esses recursos, a variação nominal fica em torno de 10,35%, mantendo-se no mesmo nível quando comparado o 1º trimestre de 2014 com o de 2013.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias, e as transferências correntes, com participação de 48,15% e 33,66% respectivamente, do total das receitas arrecadadas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					
Em mil Reais					
RECEITAS	PREVISÃO 2015	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			
		2015	REALIZADO (%)	2014	VARIACÃO NOMINAL 2015/2014 (%)
RECEITAS CORRENTES	25.765.545	8.541.414	33,15	5.485.041	55,72
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	14.255.604	4.276.007	30,00	3.848.778	11,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.682.839	574.822	34,16	489.944	17,32
RECEITA PATRIMONIAL	403.242	275.303	68,27	151.452	81,78
RECEITA AGROPECUÁRIA	4	6	129,86	6	4,10
RECEITA INDUSTRIAL	7	529	7.762,20	768	(31,17)
RECEITA DE SERVIÇOS	475.783	132.229	27,79	155.854	(15,16)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.961.252	2.988.996	37,54	561.459	432,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	986.814	293.618	29,75	277.097	5,96
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	(96)	-	(316)	130,52
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	3.719.930	335.030	9,01	442.061	(24,21)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.172.782	310.165	14,28	144.847	114,13
ALIENAÇÃO DE BENS	56.663	13.631	24,06	-	-
AMORTIZAÇÕES	78.167	2.160	2,76	48.209	(95,52)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.412.319	9.074	0,64	249.004	(96,36)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	323.923	4.020	1,24	-	-
TOTAL	29.809.399	8.880.464	29,79	5.927.102	49,83

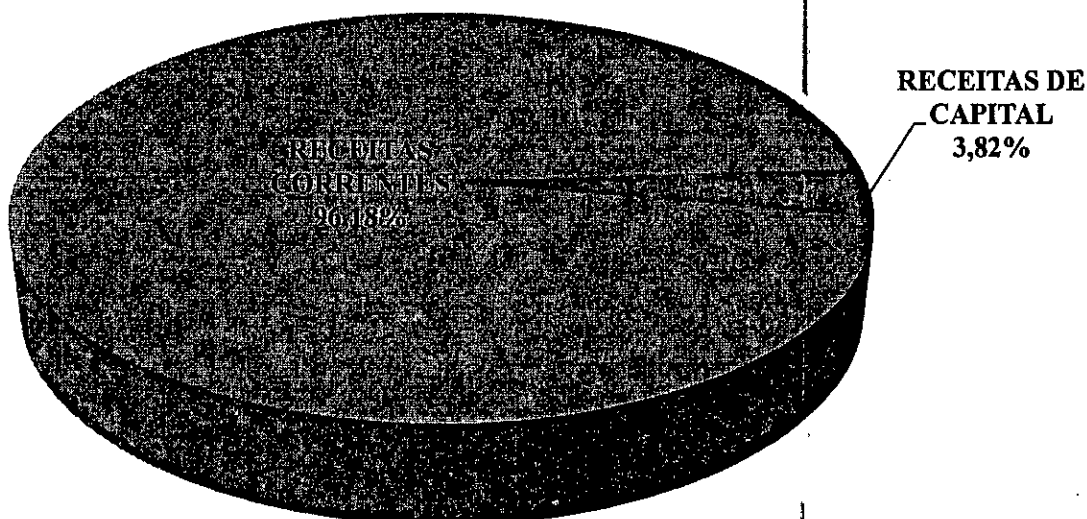
FONTE: SIAC/SIGGO

2.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras.

Foram realizadas nesta categoria R\$ 8,5 bilhões, representando 33,15% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 55,72% em relação a 2014. Se descontadas as transferências do FCDF para as áreas de saúde e de educação a variação é de 13,06% em relação ao mesmo período de 2014.

O gráfico a seguir demonstra a participação percentual das receitas correntes em relação ao total de receitas realizadas no ano de 2015.



2.1.1 Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 4,3 bilhões, com um aumento nominal de 11,10% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior. Tal aumento decorre da antecipação no calendário de pagamento do IPVA e do aumento de arrecadação do IRRF. Se retirados esses dois itens da análise temos um crescimento de 2,49% para os demais itens, o que representa um crescimento abaixo da inflação no período.

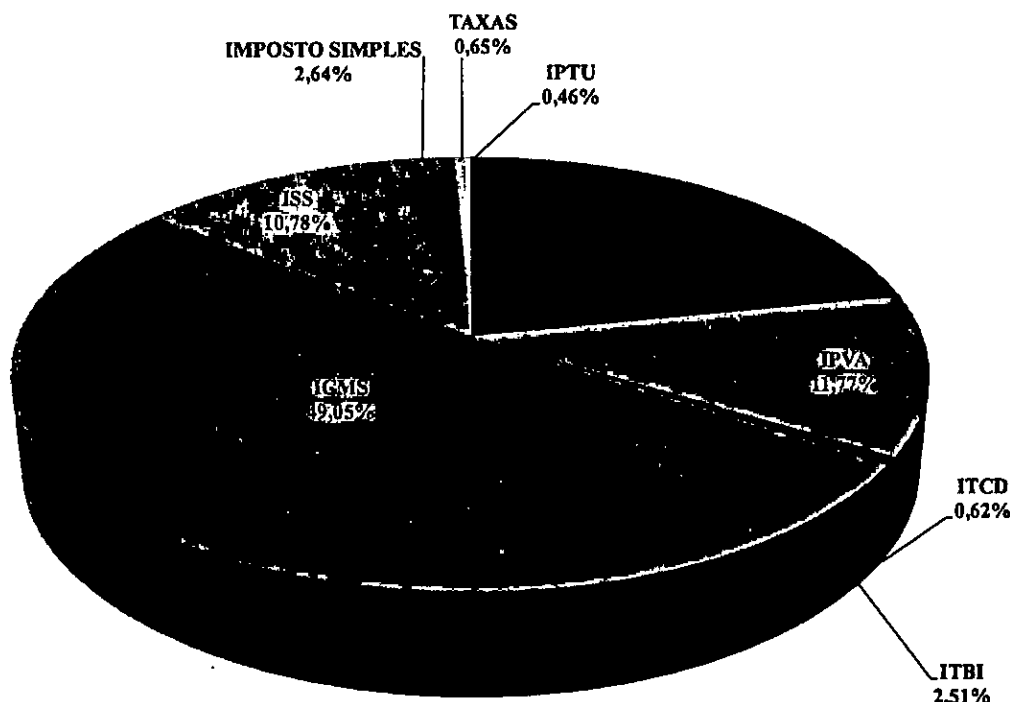
RECEITA TRIBUTÁRIA					
Em mil Reais					
RECEITAS	PREVISÃO 2015	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			
		2015	REALIZADO (%)	2014	VARIACÃO NOMINAL 2015/2014 (%)
RECEITA IMPOSTOS	14.255.604	4.276.007	30,00	3.848.778	11,10
IPTU	648.086	19.593	3,02	51.084	(61,65)
IRRF	2.695.564	920.189	34,14	717.580	28,23
IPVA	780.126	503.365	64,52	348.253	44,54
ITCD	100.968	26.377	26,12	30.026	(12,15)
ITBI	402.650	107.504	26,70	117.982	(8,88)
ICMS	7.315.216	2.097.428	28,67	2.020.734	3,80
ISS	1.752.218	461.029	26,31	420.724	9,58
IMPOSTO SIMPLES	388.132	112.679	29,03	111.172	1,36
TAXAS	172.644	27.843	16,13	31.223	(10,82)

FONTE: SIAC/SIGGo

As receitas provenientes do ICMS, principal tributo distrital, que equivalem a 49,05% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 2,1 bilhões, com

uma realização de 28,67% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 3,80% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das receitas tributárias realizadas no ano de 2015.



O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou aumento de 28,23% se comparado com o mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 920 milhões.

O IPVA alcançou um montante de R\$ 503 milhões, superior em 44,54% em relação ao valor realizado no ano de 2015. Entretanto, tal aumento se deu em função da antecipação do calendário de recolhimento deste imposto para o mês de março de 2015. A participação do IPVA no total das receitas tributárias realizadas em 2014 foi de 11,77%, tendo realizado 64,52% do previsto para o exercício.

Com relação ao ITCD, a realização somou R\$ 26 milhões, representando uma queda de 12,15% em relação a 2014, com uma realização de 26,12% do valor previsto.

O ISS apresentou uma variação nominal positiva de 9,58% se comparado com o realizado no mesmo período de 2014. Foram arrecadados R\$ 461 milhões, o que representa uma realização de 26,31% da receita prevista para o exercício.

2.1.2 Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 34,99% das Receitas Correntes do exercício, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando, no 1º Quadrimestre do exercício de 2015, o montante R\$ 2,99 bilhões. Neste valor já estão considerados os recursos do FCDF transferidos para as áreas de saúde e educação no valor de R\$ 2,3 bilhões, com representação de 78,28% no total das transferências.

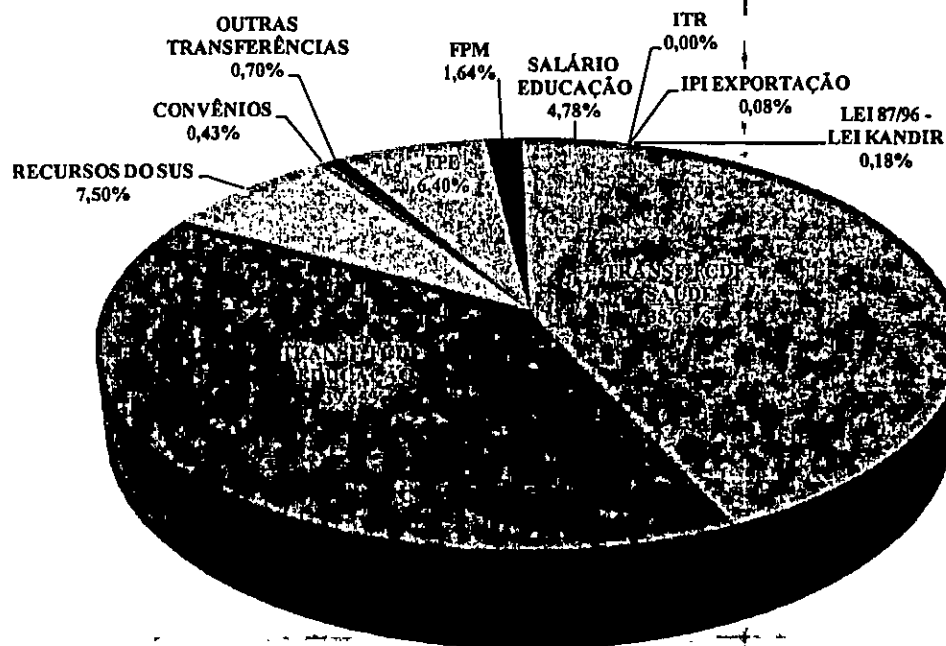
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO 2015	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			
		2015	REALIZADO (%)	2014	VARIÇÃO NOMINAL 2015/2014 (%)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.961.252	2.988.996	37,54	557.687	435,96
FPE	528.987	191.294	36,16	180.544	5,95
FPM	140.806	48.995	34,80	46.516	5,33
SALÁRIO EDUCAÇÃO	285.627	142.995	50,06	98.826	44,69
ITR	1.706	111	6,50	67	65,71
IPI EXPORTAÇÃO	4.397	2.500	56,86	2.459	1,68
LEI 87/96 - LEI KANDIR	32.820	5.263	16,04	3.948	33,33
Transf. FCDF - SAÚDE	3.139.161	1.154.695	36,78	-	-
Transf. FCDF - EDUCAÇÃO	2.854.433	1.185.171	41,52	-	-
RECURSOS DO SUS	666.800	224.218	33,63	220.703	1,59
CONVÊNIOS	92.443	12.730	13,77	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	214.071	21.025	9,82	4.624	354,66

FONTE: SIA C/SIGGO

O item Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS atingiu R\$ 224 milhões, representando um acréscimo de 1,59%, se comparado ao mesmo período de 2014, sendo realizados 33,63% da receita prevista para o exercício de 2015. Sua participação no grupo das Transferências Correntes atingiu 7,50%.

Outro item significativo foi o Fundo de Participação dos Estados - FPE que representou 6,40% do total realizado das transferências correntes e apresentou uma variação nominal positiva de 5,95% em relação a 2014.

O gráfico a seguir destaca a participação percentual das transferências correntes realizadas no período de janeiro a abril de 2015.



2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 335 milhões e contemplaram os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 310 milhões), Alienação de Bens (R\$14 milhões), Amortizações de Empréstimos (R\$ 2 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 9 milhões). Foram realizados nessa rubrica 9,01% da previsão anual.

RECEITAS DE CAPITAL					
Em mil Reais					
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO 2015	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			
		2015	REALIZADO (%)	2014	VARIÇÃO NOMINAL 2015/2014 (%)
RECEITAS DE CAPITAL	3.719.930	335.030	9,01	442.061	(24,21)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.172.782	310.165	14,28	144.847	114,13
<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</i>	1.940.138	299.911	15,46	132.942	125,60
<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</i>	232.644	10.254	4,41	11.905	(13,86)
ALIENAÇÃO DE BENS	56.663	13.631	24,06	-	-
AMORTIZAÇÕES	78.167	2.160	2,76	48.209	(95,52)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.412.319	9.074	0,64	249.004	(96,36)

FONTE: SIAC/SIGGO

As Transferências de Capital, formadas em sua totalidade pelas Transferências de Convênios, apresentaram uma realização de R\$9 milhões, valor muito inferior se comparado com o mesmo período de 2014 (R\$249 milhões).

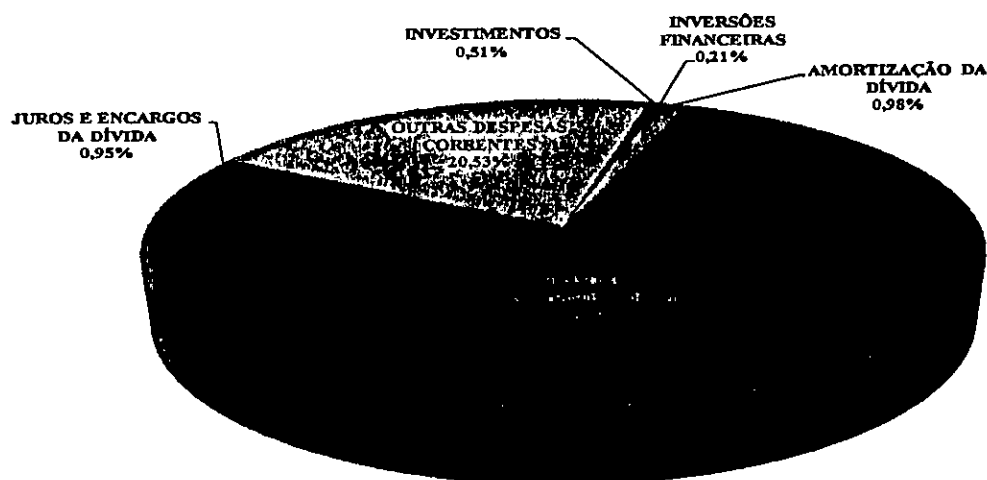
3. DESPESAS

As despesas realizadas no 1º quadrimestre de 2015 totalizaram R\$ 7,5 bilhões, correspondentes a 25,04% da dotação autorizada para o exercício. Observa-se um crescimento de 46,18% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, tal crescimento se deu em função das transferências do FCDF para saúde e educação no valor correspondente a R\$ 2,3 bilhões.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em mil Reais
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA PARA O EXERCÍCIO 2015	DESPESA LIQUIDADADA - JANEIRO A ABRIL			
		2015	REALIZADA (%)	2014	VARIÇÃO 2015/2014(%)
DESPESAS CORRENTES	23.205.383	7.422.333	31,99	4.607.091	61,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.960.022	5.800.818	34,20	3.103.546	86,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	203.298	71.582	35,21	56.036	27,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.042.063	1.549.933	25,65	1.447.510	7,08
DESPESAS DE CAPITAL	6.206.032	128.618	207,25	558.391	(76,97)
INVESTIMENTOS	5.636.687	38.646	0,69	445.986	(91,33)
INVERSÕES FINANCEIRAS	376.434	16.067	4,27	52.296	(69,28)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	192.911	73.905	38,31	60.109	22,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	740.602	-	0,00	-	0,00
TOTAL	30.152.017	7.550.951	25,04	5.165.483	46,18

FONTE: SIAC/SIGGo

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 76,82% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 20,53%, Investimentos e Inversões Financeiras com 0,72% e Serviço da Dívida com 1,93%. O gráfico a seguir detalha essa composição.



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 7,4 bilhões, representando uma realização de 31,99% do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 5,8 bilhões, correspondendo a 34,20% da previsão anual e 86,91% de crescimento nominal em relação ao mesmo período de 2014, impulsionada pelas transferências do FCDF para saúde e educação. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somou R\$ 71,6 milhões, correspondendo a 35,21% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos à manutenção administrativa do Estado totalizaram R\$ 1,5 bilhão, correspondentes a 25,65% do fixado para o ano e apresentando um aumento de 7,08% em relação ao mesmo período de 2014.

3.2 Despesas de Capital

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 129 milhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos (R\$ 38,6 milhões), Inversões Financeiras (R\$16,1 milhões) e da Amortização da Dívida (R\$ 73,9 milhões).

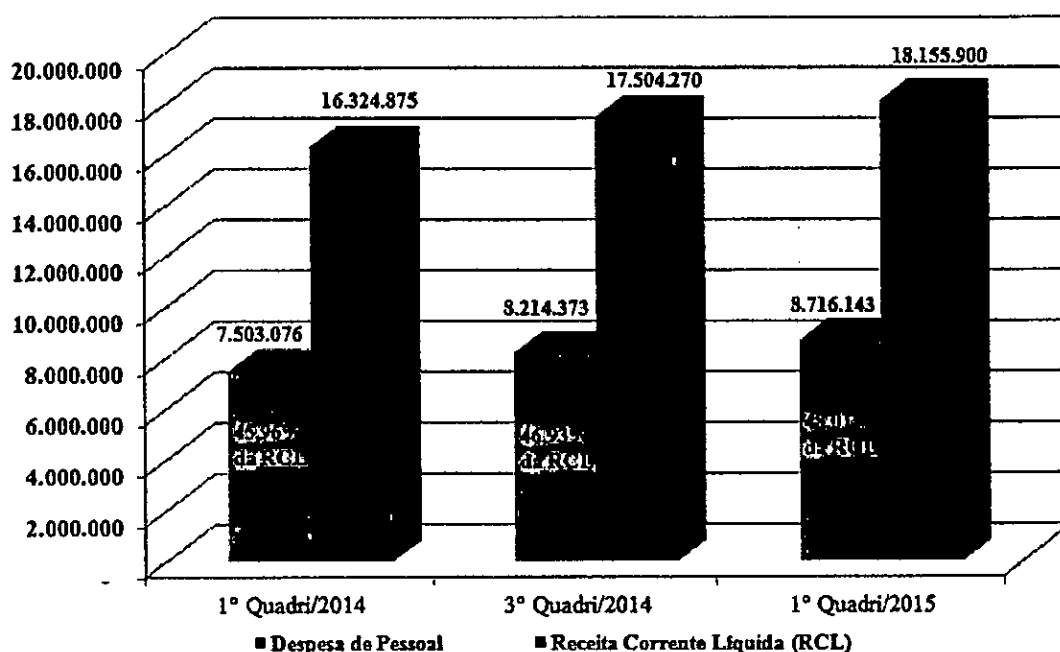
4. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, do Poder Executivo, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, acima do limite prudencial permitido pela LRF, alcançando 48,01% da Receita Corrente Líquida apurada (R\$ 18,1 bilhões).

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	1º Q/2014		1º Q/2015	
	R\$ Mil	% sobre a RCL	R\$ Mil	% sobre a RCL
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP	7.503.076	45,96	8.716.143	48,01
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 LRF)	7.999.189	49,00	8.896.391	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	7.599.230	46,55	8.451.572	46,55

FONTE: SIAC/SIGGO

O gráfico a seguir demonstra o índice da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida no 1º quadrimestre de 2014, 3º quadrimestre de 2014 e 1º quadrimestre de 2015.



Destaca-se que, se considerado o montante de R\$366 milhões referentes a salário de 2014 pagos em 2015, temos que o limite de pessoal no 3º quadrimestre de 2014 seria superior ao percentual publicado.

5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção do ensino, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Apuração do Limite de Manutenção em Desenvolvimento do Ensino EM MIL REAIS			
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL		
	2014	2015	LIMITE MÍNIMO
TOTAL DA RECEITA COMPATÍVEL EMMDE	4.177.801	4.616.570	
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE	1.044.450	1.154.143	
DESPESAS REALIZADA EM MDE	1.002.772	1.143.042	25%
% APLICADO NO MDE	24,00%	24,76%	

FONTE: SIAC/SIGGo

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2015 foram realizadas despesas no valor de R\$ 413 milhões, tendo atendido o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual de 66,62%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB EM MIL REAIS			
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL		
	2014	2015	LIMITE
RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	540.776	590.102	
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60%)	324.466	354.061	60,00%
DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	347.821	413.094	
PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	334.728	393.118	
RESULTADO APURADO NO FUNDEB	10.263	39.057	
% APLICADO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS	61,90%	66,62%	60,00%

FONTE: SIAC/SIGGo

6. DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde, aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a

programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na função 28 – Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

Em 2015, foi destinado para as despesas com saúde, o montante de R\$903,8 milhões, ficando R\$ 305,6 milhões acima dos recursos mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000				EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			VARIÇÃO NOMINAL 2015/2014 (%)
	2014	2015		
I - RECEITA - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL - B.E	2.776.233	3.124.689		13%
II - RECEITA - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL - B.M	1.393.160	1.488.013		7%
III - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12% DA B.E. + 15% DA B.M.)	542.122	598.165		10%
IV - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	541.882	903.769		67%
V - SUPERÁVIT / DÉFICIT (IV - III)	(240)	305.604		

FONTE: SIAC/SIGGo

7. RESTOS A PAGAR

Ao final do 1º quadrimestre de 2015, os Restos a Pagar do Poder Executivo inscritos totalizaram R\$ 862,8 milhões, dos quais R\$ 107,6 milhões processados e R\$ 755,1 milhões não processados. Nessa mesma data o valor dos Restos a Pagar pagos totalizou R\$ 321,4 milhões e os cancelados R\$ 57,0 milhões, restando ainda a pagar R\$ 484,3 milhões.

RESTOS A PAGAR					Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO ATÉ 30/04/2015				
	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR	
PROCESSADOS	107.636	6	61.664	45.966	
NÃO PROCESSADOS	755.148	57.000	259.767	438.381	
TOTAL	862.784	57.006	321.431	484.347	

FONTE: SIAC/SIGGo

8. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Ente para que utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (al incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

O Resultado Primário foi de R\$ 1,0 bilhão positivo. Além disso, a esse indicador foi adicionado os saldos de exercícios anteriores, no valor de R\$ 22 milhões, estando, portanto, dentro da meta estabelecida pela LDO/2015, estimada de 1,7 bilhão negativo.

RESULTADO PRIMÁRIO				Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			
	2014	2015	VARIACÃO NOMINAL 2015/2014 (%)	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	5.360.989	8.402.632	56,74%	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	249.004	9.074	-96,36%	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	5.609.993	8.411.706	49,94%	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	4.551.056	7.350.751	61,52%	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	445.986	54.415	-87,80%	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	4.997.042	7.405.166	48,19%	
RESULTADO PRIMÁRIO	612.951	1.006.539	64,21%	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	45.022	22.175	-50,75%	
RESULTADO PRIMÁRIO REAL	657.973	1.028.715	56,35%	

FONTE: SIAC/SIGGO

9. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 1º quadrimestre de 2015, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 5,4 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões originários da dívida interna, R\$ 820 milhões da dívida externa e R\$1,7 bilhão dos precatórios posteriores a maio de 2000. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2014, verifica-se que houve um acréscimo da ordem de 6,97 %.

ESTOQUE DA DÍVIDA			Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2014	30/04/2015	Var. %
INTERNA	2.752.634	3.026.517	9,95
(-) Crédito de FCVS	112.936	117.134	3,72
EXTERNA	736.180	820.074	11,40
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.699.785	1.699.785	0,00
TOTAL	5.075.663	5.429.242	6,97

FONTE: SIAC/SIGGo

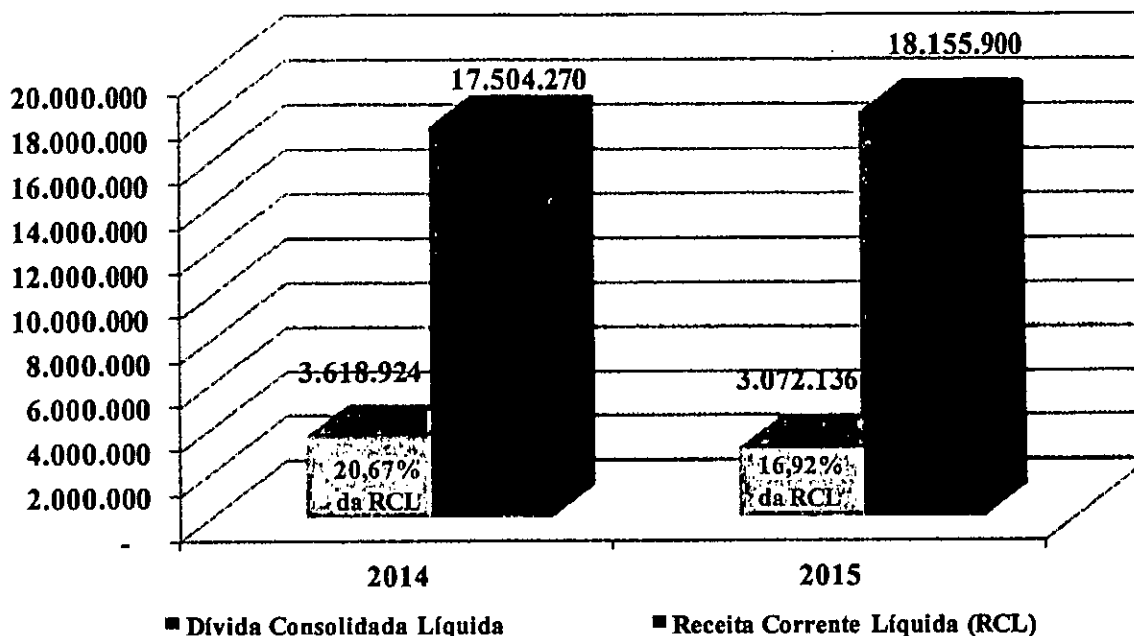
9.1. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final do 1º quadrimestre de 2015 esta relação correspondeu a 16,92 %, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200% da RCL. Tal relação indica que o DF possui uma excelente capacidade de endividamento.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			Em mil Reais
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2014	30/04/2015	
DÍVIDA CONSOLIDADA BRUTA	5.075.663	5.429.242	
(-) DEDUÇÕES	1.456.739	2.357.106	
(=) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.618.924	3.072.136	
LIMITE DO SENADO FEDERAL (200% DA RCL)	35.008.539	36.311.801	
% SOBRE A RCL	20,67%	16,92%	

FONTE: SIAC/SIGGo

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida no 1º quadrimestre de 2015 comparativamente ao 3º quadrimestre de 2014.



9.2 RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, indica em quanto a dívida de um Ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício ou período de tempo. O quadro a seguir apresenta o resultado nominal no período de 31/12/2014 a 30/4/2015.

RESULTADO NOMINAL			EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		EVOLUÇÃO DA DÍVIDA
	31/12/2014	30/04/2015	
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	5.075.663	5.429.242	
DÍVIDA CONTRATUAL:	3.375.878	3.729.457	
EM CONTRATOS INTERNA	2.639.699	2.909.383	
EM CONTRATOS EXTERNA	736.180	820.074	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.699.785	1.699.785	
II - DEDUÇÕES	1.456.739	2.357.106	
ATIVO DISPONÍVEL	1.028.601,69	1.824.944,93	
HAVERES FINANCEIROS	537.223,08	578.132,06	
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	109.085,90	45.970,70	
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.618.924	3.072.136	
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA			(546.788)

FONTE: SIAC/SIGGO

No primeiro quadrimestre de 2015, o resultado nominal foi de R\$ 546,8 milhões negativos, indicando que houve uma redução da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior. Tal resultado é fruto do aumento da disponibilidade financeira do DF, que sofreu um acréscimo de 61% em relação ao montante apurado em 31/12/2014, em função do aumento das deduções ter sido maior que o aumento da dívida consolidada.

A meta estabelecida pela LDO/2015 para este indicador é de R\$1,7 bilhão.

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A tabela a seguir, que demonstra o ingresso das receitas com operações de crédito, mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das Operações de Crédito Internas e Externas e a Receita Corrente Líquida. Ao final do 1º quadrimestre de 2015 esta relação correspondeu a 1,71%, sendo inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16,00%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	310.165	1,71%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.155.900	
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.904.944	16,00%

FONTE: SIAC/SIGGO

11. CONCLUSÃO

No 1º quadrimestre de 2015, o Distrito Federal apresentou uma Receita Total realizada de R\$ 8,9 bilhões contra uma Despesa Total liquidada de R\$ 7,5 bilhões. A despesa empenhada no período totalizou R\$ 8,8 bilhões.

Dentre as Receitas realizadas, compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, destacamos a Receita Tributária com uma participação de 48,15%, seguida das Transferências Correntes com 33,66% do total. O ICMS, com representatividade de 49,05% da Receita Tributária realizada, foi o imposto que mais arrecadou. Entre as

Transferências Correntes, destaca-se o repasse do FCDF para a saúde e educação no montante de R\$ 2,3 bilhões.

Em relação às despesas realizadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detiveram 76,82% da participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes 20,53%.

Do ponto de vista do cumprimento dos indicadores de gestão fiscal, disciplinado pela LRF, a tabela a seguir mostra um resumo comparativo dos valores da determinação legal e dos valores apurados para o 1º quadrimestre de 2015.

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DOS INDICADORES DE GESTÃO FISCAL
1º QUADRIMESTRE DE 2015**

LRF, art. 48 - Anexo VII

RESUMO DOS INDICADORES FISCAIS	1º QUADRIMESTRE/2015	
	RS	% da RCL
DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO		
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	8.716.143	48,01%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	8.896.391	49,00%
Limite Prudencial(§ único, art. 22 da LRF)	8.451.572	46,55%
Saldo (limite prudencial menos executado)	(264.571)	-1,46%
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	3.072.136	16,92%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	36.311.801	200,00%
Saldo (limite definido pelo Senado menos executado)	33.239.665	183,08%
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	180.544	0,01
Limite definido por Resolução do Senado Federal	3.994.298	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	310.165	1,71%
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito Internas e Externas	2.904.944	16,00%
Operação de Crédito por Antecipação de Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito por Antecipação de Receita	1.270.913	7,00%
LIMITES DA EDUCAÇÃO	MÍNIMO	APURADO
MDE	25,00%	24,76%
FUNDEB	590.102	413.094
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	60,00%	66,62%
LIMITES DA SAÚDE	MÍNIMO	APURADO
Aplicação em ações de serviços públicos de saúde	598.165	903.769

Fonte: RREO

As despesas com Pessoal, com o índice de 48,01% da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 18,1 bilhões, se mantiveram acima do limite prudencial estabelecido pela LRF.

Os Restos a Pagar do Poder Executivo inscritos totalizaram R\$ 863 milhões, sendo R\$ 107,6 milhões Processados e R\$ 755,1 milhões Não Processados. Desse total, foram pagos R\$ 321,4 milhões e cancelados R\$ 57 milhões, faltando ainda a pagar cerca de R\$ 484,3 milhões.

Os limites referentes à Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Diante do exposto, os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais no 1º Quadrimestre do exercício de 2015, à exceção do índice de pessoal que ultrapassou o limite prudencial. No entanto, o governo vem tomando todas as providências necessárias para que esse indicador retorne a um patamar inferior ao limite determinado pela LRF.

LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA

Secretário de Estado de Fazenda